

Resistências
Insubmissão e Revolta
no Império Português

|||||
casadasletras

ISBN: 978-989-661-207-8

© Mafalda Soares da Cunha, 2021

Direitos reservados
CASA DAS LETRAS
uma chancela LeYa, S.A.
Rua Cidade de Córdova, 2
2610-038
Alfragide
Tel: 21 427 2200, Fax: 21 471 77 37

Editor: Francisco Camacho
Revisão: Leonor Santos
Capa: Maria Manuel Lacerda
Imagem de capa: Johann Moritz Rugendas. *Guerra do Açú ou dos Bárbaros*.
Cerca de 1820-1825. Aguarela. © D.R.

1.^a edição: setembro 2021
Depósito Legal: n.º 486 421/21
Pré-impressão: LeYa
Impressão e acabamento: Multitipo

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

This project has received funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under the Marie Skłodowska-Curie Grant Agreement No 778076.

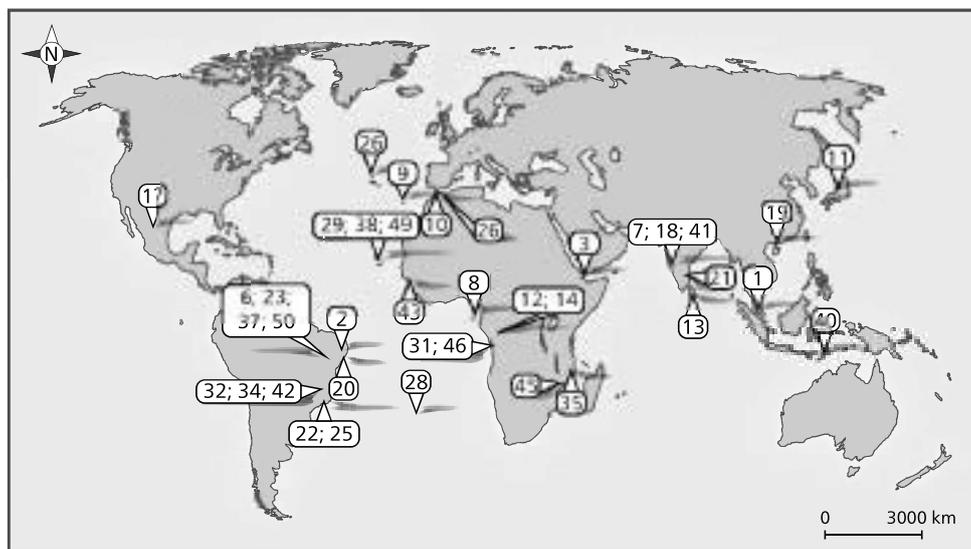
ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	10
1. O ABANDONO DE MALACA EM TEMPOS DE JORGE DE BRITO (1515-1517) Joana Fraga	21
2. BRANCA DIAS (C.1515-C.1588): DE JUDAIZANTE AO PARADIGMA DA VÍTIMA DA INTOLERÂNCIA Bruno Feitler	27
3. A REVOLTA DO REINO DE ORMUZ CONTRA A PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NA SUA ALFÂNDEGA (1521) Graça Almeida Borges.....	34
4. MOURISCAS DO REINO PORTUGUÊS NO SÉCULO XVI. GÉNERO, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA Filomena Lopes de Barros	41
5. MOURISCOS E RENEGADOS NA LISBOA DO SÉCULO XVI Filomena Lopes de Barros	47
6. DEUS E O PAPA CONTRA OS BRANCOS. A SANTIDADE DE JAGUARIBE E A BAHIA DO SÉCULO XVI Moreno Pacheco.....	53
7. ALDEIAS DE GOA REVOLTAM-SE CONTRA O IMPÉRIO PORTUGUÊS E A CRISTIANIZAÇÃO (1583) Ângela Barreto Xavier	60
8. AMADOR E A PRIMEIRA GRANDE REVOLTA DE ESCRAVOS DO MUNDO ATLÂNTICO Arlindo Manuel Caldeira.....	66
9. A HISTÓRIA DE ANA DIAS, «QUE SE PERDEU NO MAR» E A PERSISTÊNCIA DO CULTO JUDAICO NO FUNCHAL Fernanda Olival	71
10. MOTIM EM TÂNGER Mafalda Soares da Cunha.....	78
11. MORRER PELA FÉ NO IMPÉRIO DO SOL NASCENTE. OS MARTÍRIOS DE CRISTÃOS NO JAPÃO, ENTRE 1597 E 1639 Kevin Carreira Soares.....	85
12. A RESISTÊNCIA DO REINO DO KONGO FACE À «TRAIÇÃO» DO GOVERNADOR DE ANGOLA JOÃO CORREIA DE SOUSA (1622-1623) Miguel Geraldês Rodrigues.....	93
13. A REVOLTA DOS LASCARINS E DOS MODELIARES NA ILHA DE CEILÃO Graça Almeida Borges e José Vicente Serrão.....	100
14. ANGOLA: REBELDIA E RESISTÊNCIA DA RAINHA NJINGA Arlindo Manuel Caldeira	106
15. O POVO LEVANTADO CONTRA D. FILIPE III DE PORTUGAL Mafalda Soares da Cunha	113

16. PENITENCIADOS QUE RESISTEM À INQUISIÇÃO Bruno Lopes..	122
17. PROTESTOS CONTRA OS PORTUGUESES NA NOVA ESPANHA (1641-1643) Pedro Cardim	129
18. MATHEUS DE CASTRO: UM BISPO DE GOA CONTRA O PODER PORTUGUÊS Ângela Barreto Xavier	136
19. ISABEL REIGOTA E A «CONTENDA» DO SÂNDALO Elsa Penalva	142
20. RESISTIR ÀS REDES «MALIGNAS, DANOSAS E PREJUDICIAIS». OS PESCADORES DE ALAGOAS NOS SÉCULOS XVII E XVIII Arthur Curvelo.....	149
21. A INSURREIÇÃO DO ARCEDIAGO DA SERRA (1653) Joana Fraga.....	155
22. OS IRMÃOS BARBALHO: CONQUISTADORES E REBELDES NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XVII Luciano Figueiredo	161
23. A REBELIÃO DOS ÍNDIOS DE NATUBA Evergton Sales Souza.....	168
24. OS MESTERES DE LISBOA DEFENDEM A IGUALDADE FISCAL (1670) Pedro Cardim	175
25. TRABALHO COMPULSÓRIO E RESISTÊNCIA DOS ÍNDIOS ALDEADOS. CAPITANIAS DO RIO DE JANEIRO E DE CABO FRIO – SÉCULOS XVII-XVIII Maria Regina Celestino de Almeida.....	182
26. FORMAS DE LER A RESISTÊNCIA Fernanda Olival	189
27. DESACATOS NO MOSTEIRO DE SANTA ANA DE VIANA DO MINHO Mafalda Soares da Cunha.....	196
28. O NAVIO REBELADO. RESISTÊNCIAS AO TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS NO ATLÂNTICO PORTUGUÊS Cândido Domingues.....	203
29. A IMPOSSÍVEL PUNIÇÃO DOS VALENTES DO JULANGUE António Leão Correia e Silva	210
30. MULHERES NEGRAS PROTESTAM EM LISBOA EM 1717 Cacey B. Farnsworth e Pedro Cardim.....	217
31. REVOLTA DO SOBA QUIOMBELA EM CACONDA CONTRA OS ABUSOS DOS CAPITÃES-MORES DE BENGUELA (1718-1728) Miguel Geraldês Rodrigues	226
32. FILIPE DOS SANTOS E CHICA MINA. O GARIMPEIRO PORTUGUÊS E A ESCRAVIZADA AFRICANA DE VILA RICA QUE LEVANTARAM AS MINAS GERAIS EM 1720 Luciano Figueiredo.....	232
33. MAFRA, TRABALHO FORÇADO E RESISTÊNCIA Nuno Gonçalo Monteiro e Isabel dos Guimarães Sá	239

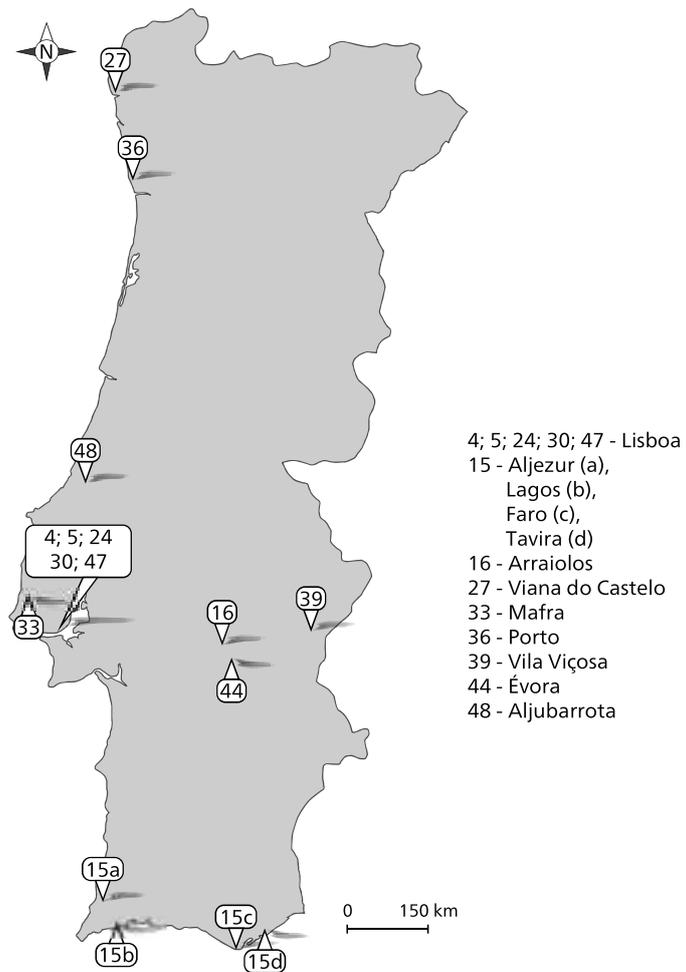
34. REIVINDICAÇÃO POLÍTICA E GOVERNO REPRESENTATIVO EM MINAS Pedro Cardim.....	249
35. DECLARARAM GUERRA AO MACUA MURIMUNO PARA LHE ABAIXAR A SOBERBA E O ORGULHO, E PERDERAM Luís Frederico Dias Antunes.....	256
36. «VIVA EL REY! ABAIXO A COMPANHIA!» A REVOLTA CONTRA A COMPANHIA DAS VINHAS DO ALTO DOURO (PORTO, 1757) Ana Sofia Ribeiro	265
37. A MOBILIZAÇÃO COLETIVA NAS VILAS INDÍGENAS NA BAHIA Fabricio Lyrio Santos	273
38. CABO VERDE: ANTÓNIO BARROS BEZERRA DE OLIVEIRA, «ABSOLUTO RÉGULO» DA ILHA DE SANTIAGO Arlindo Manuel Caldeira	280
39. O HOMEM QUE DEU COM UM PAU EM D. JOSÉ E NO SEU CAVALO (VILA VIÇOSA, 1769) Nuno Gonçalo Monteiro.....	287
40. A «GUERRA DOS DOIDOS» EM TIMOR-LESTE (1776-1786) Ricardo Roque e Luísa Coutinho	294
41. UMA REVOLTA À «AMERICANA»: A CONSPIRAÇÃO DOS PINTOS DE 1787 (GOA) Ângela Barreto Xavier	302
42. A MAIS FAMOSA CONSPIRAÇÃO DO BRASIL FICOU POR ACONTECER Roberta Stumpf.....	308
43. AS CONTAS DE UMA REVOLTA A BORDO. O TRÁFICO DE ESCRAVOS E A VIOLÊNCIA DA DESUMANIZAÇÃO Jorge M. Pedreira	314
44. ATRIBULAÇÕES DE UM ARCEBISPO NA VORAGEM DA DESORDEM. ÉVORA E BEJA, 1808 Jorge M. Pedreira.....	322
45. D. ANA PERANTE OS SEUS ÉMULOS: MULHERES E RESISTÊNCIA EM TERRAS DO VALE DO ZAMBEZE Eugénia Rodrigues.....	329
46. AS MULHERES QUE RESISTIRAM À CAPTURA E À ESCRAVIZAÇÃO EM BENGUELA NO SÉCULO XIX Mariana P. Candido.....	336
47. AS VENDEDEIRAS DE LISBOA E A NOVA «OPRESSÃO» LIBERAL, 1820-1823 Miguel Dantas da Cruz	344
48. A OUTRA BATALHA DE ALJUBARROTA. AS RESISTÊNCIAS AO SENHORIO DO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA NO PRIMEIRO LIBERALISMO (1820-1824) Nuno Gonçalo Monteiro	351
49. A REVOLTA DO BATALHÃO AÇORIANO (MARÇO DE 1835). VILA DA PRAIA, ILHA DE SANTIAGO DE CABO VERDE José Silva Évora.....	359
50. A REVOLTA DOS MALÊS NA BAHIA, 1835 João José Reis	366
BIOGRAFIAS	372

LOCALIDADES DE INSUBMISSÃO E REVOLTA



- | | |
|------------------------------------|-------------------------------------|
| 1 - Malaca | 20 - Capitania de Alagoas |
| 2 - Capitania de Pernambuco | 21 - Malabar, Índia |
| 3 - Ormuz | 22; 25 - Rio de Janeiro |
| 6; 23; 37; 50 - Capitania da Bahia | 26 - Ilha da Flores (Açores), Argel |
| 7; 18; 41 - Goa | 28 - Oceano Atlântico |
| 8 - São Tomé e Príncipe | 29; 38; 49 - Cabo Verde |
| 9 - Ilha da Madeira | 31; 46 - Benguela, Angola |
| 10 - Tânger | 32; 42 - Vila Rica do Ouro Preto |
| 11 - Japão | 34 - Capitania das Minas Gerais |
| 12; 14 - São Salvador, Angola | 35 - Itoculo, Moçambique |
| 13 - Ceilão/Sri Lanka | 40 - Timor |
| 17 - México | 43 - Bissau |
| 19 - Macau | 45 - Sena, Moçambique |

LOCALIDADES DE INSUBMISSÃO E REVOLTA





Igreja da Caridade / Convento de Sant'Ana
© Câmara Municipal de Viana do Castelo

27. DESACATOS NO MOSTEIRO DE SANTA ANA DE VIANA DO MINHO

Mafalda Soares da Cunha
Universidade de Évora – CIDEHUS



Os graves desacatos que aqui se contam tiveram lugar no mosteiro feminino de Santa Ana que era de obediência beneditina e se situava em Viana do Minho. Corria o ano de 1704.

Fundado logo nos inícios do século XVI, graças ao patrocínio do licenciado António Correia, juiz de fora de Viana, destinava-se a monjas clarissas, recrutadas entre filhas de gente nobre da vila. Aproveitando os pedidos que lhe foram feitos para consentir na anexação dos bens dos mosteiros beneditinos de Santa Maria de Valboa e de Santa Marinha de Loivo, sítios no concelho de Vila Nova da Cerveira, o arcebispo de Braga, fazendo valer a jurisdição que tinha sobre os mosteiros beneditos, logrou impor às religiosas a alteração de obediência para a regra beneditina, em 1528. Com o propósito de melhorar a sua situação financeira, durante o século XVI foram-lhe anexadas mais três igrejas. Fruto de várias outras doações, o património aumentou significativamente ao longo do tempo. Apesar das queixas sobre as dificuldades que enfrentava, o mosteiro terá tido obras de beneficiação em finais do século XVII, nomeadamente nos dormitórios e no mirante, além da ampliação da igreja. As obras sucederam-se permitindo albergar uma crescente

comunidade de religiosas: cerca de 25 religiosas em 1522, número que em 1631 ascenderia a 105, em 1701, a 122 e, em 1710, a 130. (Araújo, 2010: 59-62). A estes números impressionantes havia ainda que adicionar a criadagem que as servia. O tamanho desta comunidade parece assim excessivo e não deixa de provocar algumas dúvidas. No entanto, e para todos os efeitos, sinalize-se que era um mosteiro bastante grande.

As desavenças, ou «bulhas», dentro do mosteiro iniciaram-se com uma disputa entre a criada de uma religiosa e a escravizada negra de outra. O motivo foi banal: o uso de um fogareiro em que a escravizada estava a guisar o comer da sua senhora, quando a criada o reclamou para aquecer um púcaro de água para a sua ama. A abadessa interveio, mandando expulsar as duas. A tensão reacendeu-se porque a abadessa permitiu o regresso da criada, e não o da escrava. A partir de então, as posições extremaram-se. A senhora da negra escreveu para o arcebispado dando conta de tudo, exigindo que expulsassem a criada. Como a petição foi considerada justa, deram ordens para que a tal criada fosse logo posta fora do mosteiro. Tal decisão provocou a indignação da ama que afirmou perentoriamente que se a sua criada se fosse embora, ela também iria. E esta decisão teve o apoio das parentas e amigas da ama da criada, que eram 40. Amotinaram-se todas de tal forma que resolveram sair fora da clausura em protesto junto com a criada.

Esta grave quebra da ordem fez escândalo na vila, levando à intervenção do 4.º conde da Atalaia, António Luís de Sousa Telo de Meneses, a mais elevada autoridade militar da província que dava pelo nome de governador das armas do Minho, com muitos cabos e gente de guerra. Apareceram também magistrados e outros oficiais. Não conseguiram vencer a resistência das freiras, acabando elas por aceitar apenas uma solução de compromisso: recolherem-se na igreja. Pouco depois, chegou o vigário-geral do arcebispado, vindo

às pressas de Braga. Mas nada. As amotinadas só aceitavam regressar se a criada voltasse também. O que aconteceu, regressando todas, e gabando-se muito do feito.

A outra fação era menos numerosa: a senhora da negra, três irmãs suas e uma prima. Perante a desfeita do retorno da criada ao interior do mosteiro, a indignação foi de tal ordem que reavivou o conflito, provocando uma nova saída das 40 freiras, com ânimo de deitarem fogo à casa de parentes próximos das cinco religiosas, ou seja, à casa de António Lobo, pai de uma freira prima da senhora da negra e à casa de Sebastião Malheiro, irmão da senhora da negra. E, efetivamente, começaram a queimar com tochas a porta de António Lobo.

Perante tal desacato, reapareceram as mesmas forças da ordem, ou seja, o conde da Atalaia e mais homens de guerra e oficiais de justiça. Porém não tiveram qualquer sucesso. Entretanto, chegaram os religiosos de São Domingos de cruz levantada, e só assim conseguiram levá-las de volta ao mosteiro. Mas os ânimos estavam tão acesos que, logo que regressaram, foram atrás das outras cinco freiras com vontade de as matar. Receosas, as cinco fecharam-se numa cela, mas as outras arrombaram a porta, obrigaram-nas a sair e a porem-se de joelhos. Surgiram então outras religiosas que lograram aplacá-las. Por essa altura, chegou o provisor do arcebispado que, com receio dos excessos, retirou as cinco religiosas com ordens para que se recolhessem no Mosteiro de São Bento de Viana, até se tirar devassa do assunto.

Não se sabe se essa inquirição foi ou não feita, pois o seu registo não foi encontrado. Sabe-se, no entanto, que em dezembro de 1705, passado quase um ano, o arcebispo de Braga, João de Sousa, foi em visitação ao mosteiro revoltoso. Afamado pelas suas preocupações pastorais, comentou-se mais tarde que esse prelado fora «vigilante em visitar as suas dioceses e cuidadoso em lhes mandar missionários, que as instruissem; e assim dissipava os vícios e arrancava

os abusos» (Sousa, 1954: 87). A visita do arcebispo teria certamente o propósito de recompor a paz e a ordem rompidas no Mosteiro de Santa Ana. Para tal, João de Sousa visitou parte da clausura e usando de clemência restituiu aos véus as 40 freiras amotinadas. Exortou-as, paternalmente, à paz e à ordem e disse que as cinco freiras não podiam ficar fora do mosteiro mais tempo, pois para serem mudadas de mosteiro precisavam da autorização do pontífice. Contudo, a iniciativa do arcebispo não só não teve êxito, como reacendeu os ânimos. As religiosas levantaram tal motim, tal perturbação e tal resistência que não foi possível acalmá-las, antes com crescente teimosia, proferiram ameaças de pendências, bulhas, dissensões sem remédio e até mortes. João de Sousa retirou-se, mas tentou depois demovê-las, enviando grande número de pregadores, confessores, religiosos, mestres e padres espirituais. Ao que parece, nenhum teve êxito. Mas talvez outros acontecimentos, ainda desconhecidos dos historiadores, tenham depois tido lugar no mosteiro.

Com efeito, não se conhece o final desta história que consta de uma cópia incompleta e não datada, inserta num códice factício da Biblioteca da Ajuda. O início do texto do frontispício desse códice diz: «Neste volume se acham várias alegações de direito sobre as mais renhidas causas que teve o ilustríssimo senhor Bispo do Porto etc. João de Sousa durante o governo daquela igreja...». No final desse texto, após listar algumas das causas incluídas nesse volume, afirma-se «e em todas saiu vitorioso». Quer a primeira, quer a segunda afirmação lançam alguma confusão. Se por um lado se identifica João de Sousa como o prelado que atuou neste desacato, a verdade é que este conflito ocorreu durante o seu mandato como arcebispo primaz de Braga e não como titular da diocese do Porto que teve lugar entre 1683 e 1697. Por outro lado, João de Sousa só ocupou a mitra bracarense até 1703, data em que foi elevado a arcebispo de Lisboa, cargo que exerceu até à sua morte em 1710 (Paiva, 2006;

Lourenço, 2018). Acresce que, como se mencionou, o relato dos episódios contidos no códice da Ajuda não sugere um desfecho favorável às autoridades eclesiásticas. É, por isso, um assunto que se deixa em aberto.

Importa, no entanto, sublinhar que este tipo de conflitos dentro dos mosteiros femininos era bastante comum em todos os territórios da Europa católica. Ao contrário do que hoje imaginamos sobre o ambiente piedoso, tranquilo e modesto das comunidades de freiras nestas épocas, a realidade era bastante diversa. Não só o mosteiro era permeável aos acontecimentos mundanos, como governar um tão grande número de pessoas confinadas gerava inevitavelmente tensões. Nesse sentido, há que compreender que o ambiente interno das comunidades de religiosas transportava quase sempre para o interior da clausura as rivalidades e as hierarquias sociais externas. Assim, e embora não se conheça o final desta história, tudo leva a crer que, além da óbvia discriminação da escravizada, a causa mais profunda de tanta animosidade estivesse relacionada com fações e fortes clivagens sociais e políticas na vila de Viana. É ainda de destacar que, embora no século XVIII as mulheres tivessem um papel subalterno na sociedade, estas freiras desafiaram todas as regras da ordem política estabelecida, resistindo com aparente sucesso às autoridades máximas da região a nível militar, judicial e religioso. Ou seja, independentemente das razões que tivessem, este episódio demonstra que estas freiras tiveram capacidade de enfrentar os seus superiores hierárquicos. E este facto também revela que as possibilidades de atuação e de resistências das mulheres, e, no caso concreto, das religiosas, eram bastante mais amplas do que por vezes se pensa hoje.

Referências:

Biblioteca da Ajuda, 44-XIII-07 (n.º 95), fls. 224 a 226v.

ARAÚJO, Domingos Machado da Costa (2010). *A Contabilidade no Mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo nos séculos XVIII e XIX*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho.

LOURENÇO, Paula Marçal (2018). «João de Sousa (1703-1710)». In: FONTES, João Luís Inglês (dir.), GOUVEIA, António Camões, ANDRADE, Maria Filomena e FARELO, Mário (coords.), *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 679-688.

PAIVA, José Pedro (2006). *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

SOUSA, António Caetano de (1954). *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, vol. XII, P. II. Coimbra: Atlântida Livraria Editora.